



CONCURSO PÚBLICO POLÍCIA CIVIL 2009



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA 1 – TIPO 1

CARGO: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

DATA: 11/10/2009 – HORÁRIO: 8h30min às 13h30min (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este caderno com 80 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova.
- Verifique se este material está em ordem e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
- Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA e deste CADERNO DE QUESTÕES utilizando caneta esferográfica com **tinta de cor preta ou azul**, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação do seu número de inscrição.
- No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras, correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
- Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas **uma alternativa para cada questão**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30(trinta) minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
- Quando terminar sua prova, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES, o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter, respectivamente, sua assinatura, assinatura/impressão digital, a serem coletadas por este.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE 5h.
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova após decorridas **2(duas) horas** do início da mesma.
- O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

RASCUNHO

| | | | |
|----|--|----|--|
| 01 | | 41 | |
| 02 | | 42 | |
| 03 | | 43 | |
| 04 | | 44 | |
| 05 | | 45 | |
| 06 | | 46 | |
| 07 | | 47 | |
| 08 | | 48 | |
| 09 | | 49 | |
| 10 | | 50 | |
| 11 | | 51 | |
| 12 | | 52 | |
| 13 | | 53 | |
| 14 | | 54 | |
| 15 | | 55 | |
| 16 | | 56 | |
| 17 | | 57 | |
| 18 | | 58 | |
| 19 | | 59 | |
| 20 | | 60 | |
| 21 | | 61 | |
| 22 | | 62 | |
| 23 | | 63 | |
| 24 | | 64 | |
| 25 | | 65 | |
| 26 | | 66 | |
| 27 | | 67 | |
| 28 | | 68 | |
| 29 | | 69 | |
| 30 | | 70 | |
| 31 | | 71 | |
| 32 | | 72 | |
| 33 | | 73 | |
| 34 | | 74 | |
| 35 | | 75 | |
| 36 | | 76 | |
| 37 | | 77 | |
| 38 | | 78 | |
| 39 | | 79 | |
| 40 | | 80 | |

CONCURSO PÚBLICO POLÍCIA CIVIL 2009

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE

N ° DE INSCRIÇÃO

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

TEXTO 1

Viver em sociedade

(1) A sociedade humana é um conjunto de pessoas ligadas pela necessidade de se ajudarem umas às outras, a fim de que possam garantir a continuidade da vida e satisfazer seus interesses e desejos.

(2) Sem vida em sociedade, as pessoas não conseguiriam sobreviver, pois o ser humano, durante muito tempo, depende de outros para conseguir alimentação e abrigo. E no mundo moderno, com a grande maioria das pessoas morando na cidade, com hábitos que tornam necessários muitos bens produzidos pela indústria, não há quem não necessite de outros muitas vezes por dia.

(3) Mas as necessidades dos seres humanos não são apenas de ordem material, como os alimentos, a roupa, a moradia, os meios de transporte e os cuidados de saúde. Elas são também de ordem espiritual e psicológica. Toda pessoa humana necessita de afeto, precisa amar e sentir-se amada, quer sempre que alguém lhe dê atenção e que todos a respeitem. Além disso, todo ser humano tem suas crenças, tem sua fé em alguma coisa, que é a base de suas esperanças.

(4) Os seres humanos não vivem em sociedade, apenas porque escolhem esse modo de vida, mas também porque a vida em sociedade é uma necessidade da natureza humana. Mas, justamente porque vivendo em sociedade é que a pessoa humana pode satisfazer suas necessidades, é preciso que a sociedade seja organizada. E não basta que a vida social permita apenas a satisfação de algumas necessidades da pessoa humana ou de todas as necessidades de apenas algumas pessoas. A sociedade organizada com justiça é aquela em que se procura fazer com que todas as pessoas possam satisfazer todas as suas necessidades; é aquela em que todos têm as mesmas oportunidades, aquela em que os benefícios e encargos são repartidos igualmente entre todos.

(5) Para que essa repartição se faça com justiça, é preciso que todos procurem conhecer seus direitos e exijam que eles sejam respeitados; é preciso também que todos conheçam e cumpram seus deveres e suas responsabilidades sociais.

(Dalmo de Abreu Dallari. Adaptado).

01. O Texto 1, para ser compreendido com sucesso, deve ser percebido como um texto:

- A) narrativo-descritivo; basta ver o cenário e os personagens que compõem o enredo apresentado.
- B) expositivo-argumentativo; há a definição de um conceito em torno do qual é construída uma argumentação.
- C) narrativo-dissertativo; os fatos são propostos ao leitor com uma finalidade claramente dissertativa.
- D) descritivo-apelativo; predominam no texto estratégias de convencimento, semelhantes àquelas que ocorrem na publicidade.
- E) expositivo-injuntivo; o texto é construído para indicar etapas e procedimentos que um determinado processo implica.

02. A análise do Texto 1 nos faz perceber que o autor estabelece uma relação de grande aproximação entre:

- A) a alimentação, o afeto e as sociedades organizadas com justiça.
- B) a vida moderna, a urbanização e o consumo de bens industriais.
- C) a vida em sociedade, as crenças e as esperanças de todas as pessoas.
- D) a natureza humana, os encargos e as responsabilidades sociais.
- E) a alimentação, os meios de transporte e os cuidados com a saúde.

03. Analisando a distribuição das ideias pelos parágrafos do Texto 1, podemos dizer que:

- A) no primeiro parágrafo, o autor dá a definição de seu objeto de discussão e apresenta uma espécie de justificativa.
- B) no segundo, o autor se concentra em descrever os traços típicos da sociedade moderna.
- C) no terceiro, o autor defende a ideia de que as necessidades de ordem material preenchem a totalidade dos anseios humanos.
- D) o argumento predominante no quarto parágrafo se centra na descrição detalhada dos benefícios garantidos pela segurança da vida social.
- E) no parágrafo de conclusão, o autor é pouco taxativo; deixa com o leitor a descoberta das possíveis soluções para o problema levantado.

04. A ideia de que o homem é um ser complexo e, assim, envolve múltiplas facetas, está explicitada no trecho:

- A) “não há quem não necessite de outros muitas vezes por dia”.
- B) “a vida em sociedade é uma necessidade da natureza humana”.
- C) “Elas [as necessidades] são também de ordem espiritual e psicológica”.
- D) “é preciso que a sociedade seja organizada”.
- E) “é preciso que todos procurem conhecer seus direitos”.

05. Observe o trecho: “Os seres humanos não vivem em sociedade apenas porque escolhem esse modo de vida, *mas também* porque a vida em sociedade é uma necessidade da natureza humana.” O conectivo destacado expressa um sentido de:

- A) oposição.
- B) concessão.
- C) conclusão.
- D) adição.
- E) comparação.

06. No texto aparece a afirmação: “não *há* quem não necessite de outros muitas vezes por dia”. Do ponto de vista da concordância verbal, o uso do verbo *haver* também estaria correto em:

- A) Se não *houvessem* tantas necessidades de apoio, o ser humano poderia sobreviver sozinho.
- B) *Devem haver* sociedades em que as pessoas dependem inteiramente umas das outras.
- C) *Houveram* sociedades em que a sobrevivência esteve ameaçada pela falta de convivência.
- D) Os seres humanos *haviam chegado* mais cedo ao desenvolvimento se tivessem sabido conviver pacificamente.
- E) Convém que *hajam* sociedades organizadas, para que se construam os ideais da justiça.

07. Observe o trecho: “E não basta que a vida social permita apenas a satisfação de algumas necessidades da pessoa humana ou de todas as necessidades de apenas algumas pessoas.” Por esse fragmento destacado, se entende que o autor propõe:

- A) a satisfação de *todas* as necessidades de *todos*.
- B) a satisfação de *algumas* necessidades de *todos*.
- C) a satisfação de *todas* as necessidades de *alguns*.
- D) a satisfação da *pessoa humana* quanto a *determinadas* necessidades.
- E) a satisfação da vida social *apenas para algumas* necessidades.

08. Considere o valor semântico do conectivo grifado no seguinte trecho: “as necessidades dos seres humanos não são apenas de ordem material, como os alimentos, a roupa, a moradia”. Essa expressão tem o mesmo sentido na alternativa seguinte:

- A) Como só nos afirmamos na convivência com os outros, ninguém pode sobreviver sozinho.
- B) Todos conhecemos como é difícil viver sem a participação dos outros.
- C) A convivência social também implica a existência de limites; como acontece até mesmo com os grupos familiares.
- D) Falamos ou calamos como permitem os contextos sociais em que atuamos.
- E) Como aprender a conviver com as diferenças de pessoas e grupos?

TEXTO 2

A miséria é de todos nós

Como entender a resistência da miséria no Brasil, uma chaga social que remonta aos primórdios da colonização? No decorrer das últimas décadas, enquanto a miséria se mantinha mais ou menos do mesmo tamanho, todos os indicadores sociais brasileiros melhoraram. Há mais crianças em idade escolar frequentando aulas atualmente do que em qualquer outro período da nossa história. As taxas de analfabetismo e mortalidade infantil também são as menores desde que se passou a registrá-las nacionalmente. O Brasil figura entre as dez nações de economia mais forte do mundo. No campo diplomático, começa a exercitar seus músculos. Vem firmando uma inconteste liderança política regional na América Latina, ao mesmo tempo em que atrai a simpatia do Terceiro Mundo por ter se tornado um forte oponente das injustiças políticas de comércio dos países ricos. Apesar de todos esses

avanços, a miséria resiste.

Embora em algumas de suas ocorrências, especialmente na zona rural, esteja confinada a bolsões invisíveis aos olhos dos brasileiros mais bem posicionados na escala social, a miséria é onipresente. Nas grandes cidades, com aterrorizante frequência, ela atravessa o fosso social profundo e se manifesta de forma violenta. A mais assustadora dessas manifestações é a criminalidade, que, se não tem na pobreza sua única causa, certamente em razão dela se tornou mais disseminada e cruel. Explicar a resistência da pobreza extrema entre milhões de habitantes não é uma empreitada simples.

(Veja, ed. 1735).

09. A compreensão do Texto 2 nos autoriza a fazer os seguintes comentários:

- 1) o texto, tematicamente, está relacionado ao primeiro, enquanto admite razões coletivas para a miséria no Brasil.
- 2) a criminalidade, disseminada e cruel, tem nos níveis de pobreza da população sua única causa.
- 3) avanços das últimas décadas, em diferentes áreas sociais do Brasil, não foram suficientes para minimizar a miséria.
- 4) ainda que não pareça, sobretudo no meio rural, a miséria se estende a todos os campos da realidade brasileira.
- 5) as raízes da miséria no Brasil tem causas históricas e remontam a circunstâncias complexas e distantes.

Estão corretos os comentários feitos em:

- A) 1, 3, 4 e 5 apenas
- B) 1, 2, 4 e 5 apenas
- C) 2, 3 e 4 apenas
- D) 2 e 5 apenas
- E) 1, 2, 3, 4 e 5

10. Procure entender o seguinte trecho: “O Brasil figura entre as dez nações de economia mais forte do mundo. No campo diplomático, começa a exercitar seus músculos. Vem firmando uma inconteste liderança política regional na América Latina, ao mesmo tempo em que atrai a simpatia do Terceiro Mundo por ter se tornado um forte oponente das injustiças políticas de comércio dos países ricos”. Observe que:

- 1) os verbos sublinhados têm o mesmo sujeito, que está superficialmente indicado apenas na primeira ocorrência.
- 2) a elipse dos sujeitos dos verbos sublinhados não afeta o entendimento da ideia expressa.
- 3) apesar das elipses, pode-se estabelecer uma coesão entre os diversos fragmentos do trecho.
- 4) o trecho é pouco claro, pois a elipse, como figura de linguagem, não se ajusta a um texto de opinião.
- 5) cabe ao leitor ir estabelecendo os devidos nexos de sentido, mesmo na ausência de marcas explícitas de dependência.

Estão corretas as observações em:

- A) 1, 2, 3, 4 e 5
- B) 2 e 3 apenas
- C) 2, 3 e 4 apenas
- D) 1, 2, 3 e 5 apenas
- E) 1, 4 e 5 apenas

11. Analise o trecho: “No campo diplomático, [o Brasil] começa a exercitar seus músculos”. Do ponto de vista da escolha das palavras, esse trecho:

- A) apresenta marcas inequívocas da oralidade informal.
- B) está deslocado: não se trata de um texto literário.
- C) precisa ser entendido como uma afirmação metafórica.
- D) está expresso conforme o sentido literal das palavras.
- E) revela-se semanticamente pertinente, pois não apresenta erros de gramática.

12. A palavra ‘miséria’ ocorre no Texto 2 mais de uma vez. A repetição dessa palavra no texto, de fato, se deve:

- 1) ao cuidado do autor em marcar o núcleo temático de seu texto.
- 2) à pouca possibilidade de variação lexical dessa palavra.
- 3) ao interesse do autor por aproximar seu texto dos níveis da oralidade informal.
- 4) à disposição do autor de deixar seu texto mais coeso e articulado.

Estão corretas as afirmações em:

- A) 1, 2, 3 e 4
- B) 2 e 3 apenas
- C) 2, 3 e 4 apenas
- D) 1 e 3 apenas
- E) 1 e 4 apenas

13. Observe a flexão do verbo *manter* no seguinte trecho: “No decorrer das últimas décadas, enquanto a miséria se mantinha mais ou menos do mesmo tamanho, todos os indicadores sociais brasileiros melhoraram”. Em uma das alternativas abaixo, o uso de verbos derivados do verbo *ter* também está conforme seu paradigma de conjugação. Identifique-a.

- A) Enquanto a miséria se manter mais ou menos do mesmo tamanho, os indicadores sociais brasileiros não melhoram.
- B) Se detêssemos os níveis de miséria do Brasil, melhorariamos os indicadores sociais de desenvolvimento.
- C) Vamos priorizar os setores que conteem maiores recursos de desenvolvimento.
- D) Os setores que contiverem maiores recursos de desenvolvimento serão priorizados.
- E) As autoridades manteram a população informada acerca dos últimos acontecimentos.

14. Fixando-nos no sentido das palavras presentes no Texto 2, podemos admitir as seguintes afirmações:

- 1) Em: “uma chaga social que remonta aos primórdios da colonização”, quer dizer que *resgata* ...
- 2) Em “a criminalidade, (...) se tornou mais disseminada”, quer dizer mais *intensa*...
- 3) Em: [o Brasil] “Vem firmando uma inconteste liderança política regional”, quer dizer uma *inquestionável* liderança.
- 4) Em: “Apesar de todos esses avanços, a miséria resiste”, quer dizer *Malgrado* todos esses avanços.
- 5) Em: “Explicar a resistência da pobreza extrema (...) não é uma empreitada simples”, quer dizer não é um *encargo* simples...

Estão corretas:

- A) 1, 2, 3, 4 e 5
- B) 2, 3, 4 e 5 apenas
- C) 3, 4 e 5 apenas
- D) 1, 3 e 5 apenas
- E) 1, 2 e 3 apenas

15. Pelas normas gramaticais que regem a concordância verbal, está correta a alternativa:

- A) Qual das crianças em idade escolar estão frequentando com assiduidade a sala de aula?
- B) Em qualquer outro período da nossa história, existiu crianças fora da escola.
- C) Deve existir razões obscuras que justifiquem a falta de escolas para todos.
- D) Nenhuma das crianças brasileiras deveriam estar fora de escolas de qualidade.
- E) Alguma das crianças teve acesso, no meio rural brasileiro, a escolas de qualidade?

Noções de Informática

16. Considere as afirmações abaixo sobre navegação na Internet e correio eletrônico.

- 1) No navegador Microsoft Internet Explorer, um atalho de teclado que permite recarregar a página atual é a tecla F3.
- 2) Webmail é um aplicativo para a leitura e envio de mensagens de correio eletrônico offline (isto é, quando não se está conectado à Internet).
- 3) Para toda mensagem de correio eletrônico que desejarmos enviar, devemos preencher obrigatoriamente pelo menos os campos “Para:” e “Assunto:”. O campo “De:” é preenchido automaticamente.
- 4) Numa URL que começa com https://, estaremos instruindo o navegador a acessar um site usando um mecanismo de segurança que protege a troca de informações.

Está(ão) correta(s) apenas:

- A) 1 e 2
- B) 2 e 3
- C) 3
- D) 2 e 4
- E) 4

17. Após selecionar um item da área de trabalho (desktop), se pressionarmos a tecla de atalho F2, o que poderemos fazer de imediato com este item?

- A) abrir
- B) executar
- C) renomear
- D) apagar
- E) alterar o seu ícone

18. Se uma pasta 'PASTA1' foi compartilhada na estação 'PC' com Windows XP SP2 (Service Pack 2) instalado, a forma correta de termos acesso a esta pasta a partir de outra estação na rede é "\\PC:PASTA".

Estão corretas:

- A) \\PC:PASTA1
- B) \\PC\PASTA1
- C) \\PC\\PASTA1
- D) //PC/PASTA1
- E) //PC:PASTA1

19. Considere as afirmações abaixo sobre o aplicativo Microsoft Word 2000.

- 1) Página e Coluna são opções disponíveis no item "Quebra..." do menu Inserir. Quebra automática de texto na linha atual também pode ser configurada a partir deste item.
- 2) É possível evitar a quebra de páginas entre as linhas de um parágrafo a partir da aba "Quebras de linha e de página", do item "Parágrafo...", do menu Formatar.
- 3) De modo a evitar que o Word classifique incorretamente algumas palavras na sua verificação, pode-se ativar a opção 'Ignorar palavras com números' na aba 'Ortografia e gramática', do item "Opções...", do menu Ferramentas.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 e 2 apenas
- B) 2 apenas
- C) 2 e 3 apenas
- D) 3 apenas
- E) 1, 2 e 3

20. No aplicativo Microsoft Excel 2000, o item "Colar especial..." do menu Editar permite copiar para uma nova célula todas as informações abaixo, de outra célula, **exceto**:

- A) altura da linha.
- B) fórmula.
- C) valor.
- D) comentário.
- E) largura da coluna.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Penal

21. Com relação aos princípios penais, assinale a opção correta.

- A) O princípio da humanidade das penas proíbe, em qualquer hipótese, a pena de morte no ordenamento jurídico brasileiro.
- B) O princípio da especialidade consagra que a lei penal geral deve afastar a lei penal especial naquilo em que elas forem conflitantes.
- C) O princípio da legalidade permite a criação de tipos penais incriminadores através da edição de medidas provisórias.
- D) Segundo o princípio da intervenção mínima, o direito penal deve atuar como regra e não como exceção.
- E) Segundo o princípio da intranscendência, a pena não pode passar da pessoa do condenado.

22. Com relação à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- A) A lei penal mais benéfica é portadora da retroatividade, mas não da ultratividade.
- B) A lei penal mais benéfica é portadora da ultratividade, mas não da retroatividade.
- C) Uma lei penal em prejuízo do réu só poderá retroagir antes de iniciado o processo penal.
- D) A lei penal incriminadora é portadora da ultratividade.
- E) A lei penal descriminalizadora é portadora da extratividade.

23. Com relação às excludentes da tipicidade, da ilicitude e da culpabilidade, marque, à luz da legislação penal, a opção correta.

- A) O estrito cumprimento do dever legal e a obediência hierárquica são excludentes da ilicitude.
- B) A coação moral irresistível e a legítima defesa são excludentes da culpabilidade.
- C) A embriaguez voluntária e a menoridade penal são excludentes da imputabilidade.
- D) A coação moral irresistível e o erro de proibição são excludentes da culpabilidade.
- E) O princípio da insignificância exclui a ilicitude.

24. Juan, 19 anos, argentino residente em Córdoba/Argentina, recebeu um convite de seu amigo Pedro, brasileiro, residente em Teresina, para passar as férias no Delta do Parnaíba. Juan, entusiasmado com a possibilidade de conhecer o Brasil, aceitou o convite. Porém, Pedro, quando convidou o amigo, solicitou que trouxesse consigo 10 vidros de lança-perfume (cloreto de etila), e Juan, tendo total desconhecimento de que esta substância fosse proibida no Brasil, pois na Argentina tal substância circula livremente, prontamente atendeu ao pedido. Sendo Juan, em tese, apreendido com tal mercadoria, que excludente é possível alegar ao seu favor?

- A) A excludente é o erro de tipo inevitável, que afasta o dolo e a culpa.
- B) A excludente é o erro de tipo evitável, que afasta o dolo, mas permite a punição por culpa.
- C) A excludente é o erro de proibição, que afasta a ilicitude do fato.
- D) A excludente é o erro de proibição, que afasta o potencial conhecimento da ilicitude do fato.
- E) A excludente é o erro na execução, que também é chamado de *aberratus ictus*.

25. Com relação ao tema *concurso de pessoas*, analise as seguintes afirmações.

- 1) O Código Penal, no art. 29, adotou a Teoria Monista extremada com relação ao concurso de pessoas.
- 2) No concurso de pessoas, autores e partícipes respondem pelo mesmo crime e, conseqüentemente pela mesma pena em abstrato, porém, no momento da fixação da pena, o partícipe recebe uma causa de diminuição de pena por ter sua culpabilidade diminuída.
- 3) São requisitos do concurso de pessoas nos crimes dolosos: a pluralidade de condutas e participantes, a relevância causal de cada conduta, o vínculo subjetivo entre os participantes e a identidade de infração penal.
- 4) Mesmo que o autor não realize atos de execução, é possível punir o partícipe.
- 5) Na autoria colateral, existe concurso de pessoas devendo todos os autores responder conjuntamente pelo resultado delituoso.

Estão corretas apenas:

- A) 1, 2 e 4
- B) 3, 4 e 5
- C) 2 e 3
- D) 2, 3 e 4
- E) 1 e 5

26. Analise as afirmações seguintes relativas à parte geral do Direito Penal.

- 1) A tipicidade formal é a adequação da conduta ao fato descrito na lei como infração penal.
- 2) O direito brasileiro admite dois tipos de infração: o crime, que é a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; e a contravenção, que é a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de detenção ou de multa, ou ambas alternativa ou cumulativamente.
- 3) Com relação à imputabilidade penal, o Código Penal brasileiro adotou o sistema biopsicológico ou misto para justificar a inimputabilidade penal nos casos de doença mental e de embriaguez involuntária e o sistema psicológico no caso dos menores de 18 anos.
- 4) Quando uma pessoa reage a um ataque espontâneo de uma cão *pit bull*, para não ser gravemente lesionada, está reagindo em estado de necessidade.
- 5) O estado de necessidade putativo é uma excludente da ilicitude.

Estão corretas apenas:

- A) 1 e 3
- B) 1 e 4
- C) 1, 2 e 4
- D) 3, 4 e 5
- E) 1, 2 e 5.

27. De acordo com os crimes contra a pessoa, marque a alternativa correta.

- A) É possível, em algumas hipóteses, que o crime de homicídio seja qualificado e privilegiado ao mesmo tempo, e, nessa situação, o homicídio, para a doutrina e jurisprudência majoritárias, será crime hediondo.
- B) João induz e auxilia Maria a suicidar-se, porém esta, ao tentar tirar a própria vida, sofre apenas lesões leves. Nesse caso, João deverá responder por tentativa do crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio estabelecido no art. 122 do Código Penal.
- C) No Código Penal brasileiro, o aborto só é punido na modalidade dolosa, não sendo possível, em nenhuma hipótese, punir penalmente o aborto culposo.
- D) João, intencionalmente, lesionou o seu próprio pai, que ficou por vinte e cinco dias impossibilitado de realizar suas ocupações habituais. Nesta situação, João responderá pelo crime de lesão corporal leve, crime de menor potencial ofensivo, tipificado no art. 129, caput, do Código Penal.
- E) O crime de ameaça, segundo a Lei 9.099/95, é de menor potencial ofensivo, pois a sua pena máxima é de 6 (seis) meses, e a ação penal é pública incondicionada.

28. Com relação aos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- A) Segundo o Código Penal, é possível o instituto da exceção da verdade no crime de calúnia e no crime de injúria.
- B) O crime de injúria, segundo o Código Penal, não admite os institutos da retratação e do perdão judicial.
- C) Quando a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça e à cor deve ser afastado o Código Penal e aplicada a lei específica que trata do crime de racismo.
- D) Segundo o Código Penal, quando da injúria real (ou qualificada) resulta lesão corporal, a ação penal passa a ser pública incondicionada.
- E) Não constitui calúnia, difamação ou injúria a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.

29. Com relação aos crimes contra o patrimônio, indique a alternativa correta.

- A) Para doutrina majoritária, no crime de furto, a causa de aumento de pena do repouso noturno (art. 155 § 1º) não pode ser aplicada nas hipóteses de furto qualificado (art. 155 § 4º).
- B) Na hipótese do empregado subtrair um objeto do seu empregador, restará sempre configurado o furto qualificado pelo abuso de confiança.
- C) No crime de roubo impróprio, o sujeito ativo primeiro ameaça a vítima para depois efetuar a subtração.
- D) Para o supremo tribunal federal, é possível falar em tentativa de latrocínio quando a vítima morre, e o sujeito ativo não consegue subtrair os seus bens.
- E) O crime de roubo e o crime de extorsão são crimes materiais; portanto a consumação só ocorre com a produção do resultado.

30. João, 19 anos de idade, manteve conjunção carnal com Maria, 13 anos de idade. Em nenhum momento, João empregou violência ou grave ameaça contra Maria, porém fez uso de fraude para persuadi-la a praticar conjunção carnal. Diante desse fato e de acordo com o Código Penal, marque a alternativa correta.

- A) João praticou o crime de estupro presumido, pois praticou relação sexual com menor de 14 anos, não sendo este crime considerado hediondo.
- B) João praticou o crime de estupro presumido, pois praticou relação sexual com menor de 14 anos, sendo este crime considerado hediondo.
- C) João praticou o crime de violação sexual mediante fraude, pois o crime foi praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- D) João praticou o crime de estupro de vulnerável, que apresenta pena mais grave do que o crime de estupro na sua forma tradicional, e é considerado crime hediondo.
- E) João praticou o crime de estupro de vulnerável, que apresenta a mesma pena do crime estupro na sua forma tradicional, e é considerado crime hediondo.

31. Analise as afirmativas abaixo, relativas aos crimes contra a paz pública, a fé pública e a administração pública.

- 1) O crime de formação de quadrilha para prática de crimes hediondos e equiparados não é crime hediondo, segundo a Lei 8.072/90 (Lei dos crimes hediondos).
- 2) Falsificar, em parte, testamento particular constitui a prática de crime de falsidade de documento particular, que é uma espécie de falsidade material.
- 3) A pessoa que altera fotocópia de carteira de identidade, não autenticada, pratica o crime de falsidade de documento particular.
- 4) O agente público que deixa de cumprir o seu dever legal de vedar ao preso o acesso ao aparelho celular comete um crime funcional.
- 5) O particular que solicita, sem prometer ou oferecer qualquer vantagem, ao funcionário, que deixe de realizar o seu dever de ofício, não pratica nenhuma conduta típica.

Estão corretas apenas:

- A) 1, 2 e 3
- B) 1, 2 e 4
- C) 1, 4 e 5
- D) 3, 4 e 5
- E) 2, 4 e 5

32. Sobre os crimes contra a administração da Justiça, assinale a opção correta.

- A) O crime de denúncia caluniosa consiste em imputar a alguém, que se sabe inocente, a prática de crime, pois se a imputação for de prática de contravenção penal restará configurado apenas um crime contra a honra.
- B) O crime de autoacusação falsa constitui-se na conduta de acusar-se perante a autoridade de crime ou contravenção inexistente ou praticado por outrem.

- C) A pessoa que ameaça testemunha, para que esta omita informação no curso de inquérito policial, não pode responder por coação no curso do processo, mas deverá responder por crime de ameaça.
- D) O crime de favorecimento real constitui prestar a criminoso auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime. Este crime é comum, pois, em tese, pode ser praticado por qualquer pessoa, independentemente do grau de parentesco.
- E) Exigir dinheiro a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público, no exercício da função, constitui o crime de exploração de prestígio.

Direito Processual Penal

33. Considerando os princípios do processo penal, pode-se dizer que **não** se aplica às ações penais de iniciativa privada:

- A) o princípio da legalidade.
- B) o princípio da indisponibilidade.
- C) o princípio da demanda.
- D) o princípio da paridade de armas.
- E) o princípio da oportunidade.

34. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que:

- A) sua instauração e condução incumbe, primordialmente e por determinação constitucional, à chamada polícia administrativa ou de segurança.
- B) segundo decidiu o STF, os autos do inquérito policial, inclusive no tocante às diligências ainda em curso, devem, obrigatoriamente, ser publicizados ao advogado constituído pelo acusado, ainda que decretado o sigilo do procedimento, em face das prerrogativas estabelecidas no Estatuto da OAB (Lei 8.906/94).
- C) pode ser arquivado pela autoridade policial, que exercerá juízo de oportunidade e conveniência sobre a decisão, em razão do caráter administrativo do procedimento.
- D) de acordo com a jurisprudência dominante, o delegado de polícia que, no curso de inquérito, vier a constatar indícios de que o delito investigado foi cometido por Governador de Estado, pode proceder ao seu indiciamento, uma vez que a prerrogativa de foro se refere unicamente à ação penal propriamente dita.
- E) não obstante seu caráter inquisitivo, não se impondo, regra geral, o exercício do contraditório e da ampla defesa no curso do inquérito, as provas cuja repetição em juízo seja impossível podem vir a ser admitidas na ação penal subsequente, sob o crivo do chamado "contraditório diferido".

35. Considere as seguintes circunstâncias:

- 1) atipicidade da conduta,
- 2) ausência de indícios de autoria e materialidade,
- 3) extinção da punibilidade.

Segundo os Tribunais Superiores, admite-se o trancamento do inquérito policial quando se verifica(m):

- A) a circunstância 3 apenas.
- B) as circunstâncias 1 e 3 apenas.
- C) as circunstâncias 1 e 2 apenas.
- D) as circunstâncias 1, 2 e 3.
- E) a circunstância 2 apenas.

36. David, com apenas 15 anos de idade, foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação. Nesse caso, pode-se dizer que:

- A) a representação deve ser oferecida por seu representante legal, mas apenas na forma escrita, a teor do que prescreve o art. 39 do Código de Processo Penal.
- B) a jurisprudência dominante entende que basta a demonstração inequívoca do interesse na persecução criminal para que se entenda por exercido o direito de representação.
- C) sendo a vítima menor de idade, deverá seu representante legal oferecer queixa, em razão do *strepitus iudicii*, isto é, do escândalo provocado pelo ajuizamento da ação penal.
- D) a representação é retratável até a citação do réu, porque este, a partir de então, passa a ter o direito de obter um pronunciamento judicial sobre a acusação.
- E) o oferecimento de representação é condição necessária ao ajuizamento da ação penal pelo Ministério Público, em nada condicionando a instauração de inquérito policial pelo Delegado de Polícia.

37. Sobre *jurisdição e competência*, é entendimento jurisprudencial consolidado que:

- A) compete à Justiça Estadual processar e julgar Prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
- B) compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar Militar por crime de abuso de autoridade, exceto quando praticado em serviço, quando então será de competência da Justiça Militar.
- C) tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- D) a conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo se houver Denunciado com foro por prerrogativa de função, caso em que a atração do co-réu importará violação da garantia do juiz natural e do devido processo legal.
- E) na conexão entre crime doloso contra a vida e crimes comuns, deverá haver separação obrigatória de processos, em face do caráter constitucional da competência do Tribunal do Júri.

38. Durante busca pessoal realizada no curso de busca domiciliar, tendo esta última sido efetivada em cumprimento a mandado judicial às oito horas da manhã, foi encontrada na mochila de Paulo arma de fogo de uso restrito e com numeração raspada. Preso em flagrante e levado à presença da autoridade policial, Paulo confessou a posse ilegal da arma, tendo ainda reconhecido que ele próprio raspou a sua numeração, a fim de ocultar a verdadeira origem do objeto. Diante da situação hipotética acima exposta, assinale a afirmativa correta.

- A) A busca pessoal foi ilegal, porque apenas a busca domiciliar havia sido autorizada por mandado judicial.
- B) A busca domiciliar foi realizada às oito horas da manhã porque em nenhuma hipótese poderia se dar à noite, nem mesmo com o consentimento do morador, devido a garantia da inviolabilidade de domicílio assegurada pela própria Constituição Federal.
- C) A confissão de Paulo diante da autoridade policial poderá vir a ser retratada em juízo.
- D) A confissão, de acordo com o Código de Processo Penal, é indivisível, ou seja, seu teor não pode vir a ser desmembrado.
- E) Como Paulo já confessou seu delito perante a autoridade policial, não haverá mais necessidade de produção de outras provas acerca da materialidade e da autoria da conduta delituosa.

39. Sobre as espécies de prisão processual, analise as afirmativas abaixo:

- 1) É lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, desde que, segundo o STF, haja justificação escrita de tal medida.
- 2) No flagrante preparado, forjado ou esperado, a polícia, tomando ciência de que determinada infração ocorrerá em certo dia, hora e local, antecipa-se ao criminoso e, aguardando em atuação passiva a iniciativa delituosa, realiza a prisão quando deflagrados os atos executórios, razão pela qual o STF entende ser hipótese de crime impossível.
- 3) O crime de roubo não pode ensejar prisão temporária, mas poderá provocar o decreto de prisão preventiva, mediante representação da autoridade policial, se houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, além dos demais requisitos previstos no Código de Processo Penal.

Está(ão) correta(s):

- A) 1, 2 e 3
- B) 1 apenas
- C) 2 apenas
- D) 1 e 3 apenas
- E) 2 e 3 apenas

40. A apresentação espontânea do acusado:
- A) não impede que a autoridade policial represente pela decretação de sua prisão preventiva.
 - B) é o único meio de impedir que a apelação interposta contra sentença absolutória tenha efeito suspensivo.
 - C) é causa de revogação imediata de prisão preventiva anteriormente decretada.
 - D) impede o indiciamento e garante ao acusado o direito de não ser recolhido à prisão durante o curso do inquérito e da instrução criminal.
 - E) enseja o trancamento do inquérito por falta de justa causa, uma vez que foi demonstrado o intuito colaborativo do acusado.
41. Sobre a liberdade provisória, é correto afirmar que:
- A) nas hipóteses em que o Código de Processo Penal determina que o réu "livrar-se-á solto", haverá liberdade provisória independentemente de fiança, o que ocorre, por exemplo, nas infrações cujo máximo de pena privativa de liberdade prevista não ultrapasse seis meses.
 - B) não poderá ser concedida fiança nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a quatro anos.
 - C) o Código de Processo Penal admite que a autoridade policial conceda fiança nos casos de infração punida apenas com detenção, mas nesse caso deverá requerer autorização ao juiz.
 - D) o STF vem recentemente decidindo que a proibição de liberdade provisória, nos casos de crimes hediondos e equiparados, decorre da própria inafiançabilidade imposta pela Constituição da República à legislação ordinária (art. 5º, inc. XLIII).
 - E) é permitida a concessão de fiança mesmo quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva.
42. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal, a medida assecuratória de sequestro:
- A) pode ser determinada provando-se simplesmente a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.
 - B) atinge os bens adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, mas não pode ser decretada se esses bens já tiverem sido transferidos para terceiros.
 - C) não pode ser determinada antes do oferecimento da denúncia ou da queixa.
 - D) será levantada se a ação penal não for intentada no prazo de trinta dias.
 - E) pode ser embargada pelo terceiro de boa-fé, a quem houverem os bens sido transferidos a título oneroso, caso em que a decisão poderá ser pronunciada antes mesmo da sentença penal condenatória.
43. Considerando a jurisprudência e as disposições legais sobre o *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.
- A) Não cabe *habeas corpus* em face de crime cuja única pena prevista seja a prestação pecuniária, porque tal hipótese não consubstancia violação ou ameaça ao direito de locomoção.
 - B) É inadmissível seu uso como sucedâneo recursal.
 - C) O Ministério Público não detém legitimidade para impetrar *habeas corpus* em favor de acusado.
 - D) O *habeas corpus* é instrumento idôneo contra punições disciplinares de qualquer natureza.
 - E) Considera-se coação ilegal, a ensejar o *habeas corpus*, a negativa de fiança nos casos em que a lei a autoriza.
44. De acordo com Código de Processo Penal, aplicar-se-á o procedimento sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima:
- A) seja a pena de detenção.
 - B) seja pena superior a dois anos e inferior a quatro anos de detenção.
 - C) seja pena inferior a dois anos de reclusão.
 - D) seja inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade.
 - E) seja aquela correspondente às infrações de menor potencial ofensivo.

Direito Constitucional

45. Analisadas, em caráter simultâneo, as Constituições da República Federativa do Brasil, de 1988, e a dos Estados Unidos da América, de 1787, é possível enquadrar as referidas normas fundamentais, respectivamente e nesta ordem, nas seguintes classificações:
- A) escrita e não escrita.
 - B) sintética e analítica.
 - C) outorgada e promulgada.
 - D) rígida e sintética.
 - E) histórica e dogmática.
46. Admite-se, excepcionalmente, a modulação dos efeitos da declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, nos termos do artigo 27 da Lei nº 9.868/99:
- A) para, mediante maioria simples dos membros do Supremo Tribunal Federal, atribuir eficácia *ex nunc* à decisão colegiada, em vista de razões de segurança jurídica.
 - B) para, mediante maioria absoluta de três quintos dos membros do Supremo Tribunal Federal, atribuir eficácia *ex nunc* à decisão colegiada, em vista de excepcional interesse social.
 - C) para, mediante maioria absoluta de três quintos dos membros do Supremo Tribunal Federal, atribuir eficácia *ex tunc* à decisão colegiada, em vista de excepcional interesse social.
 - D) para, mediante maioria de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, atribuir eficácia *ex nunc* à decisão colegiada, em vista de excepcional interesse social.
 - E) para, mediante maioria de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, atribuir eficácia *ex nunc* à decisão colegiada, em vista da viabilização de políticas públicas.

47. Segundo as normas estabelecidas na Constituição Federal, o órgão jurisdicional competente para apreciar conflito negativo de competência entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal comum, ambos da Seção Judiciária do Estado do Piauí, é:
- A) a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais.
 - B) o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
 - C) o Superior Tribunal de Justiça.
 - D) o Supremo Tribunal Federal.
 - E) o Conselho Nacional de Justiça.
48. Levando-se em consideração as normas constitucionais que regulam a Defesa do Estado e das instituições democráticas e suas interpretações pelos julgados do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, assinale a alternativa correta.
- A) é missão típica do Judiciário o combate à criminalidade, bem como a formulação de políticas públicas neste sentido.
 - B) a legislação estadual poderá estender a outros órgãos, não mencionados na Constituição Federal, a exemplo dos agentes de trânsito, atribuições de segurança pública.
 - C) a gestão da segurança pública, como parte integrante da Administração Pública, é atribuição privativa do Governador de Estado.
 - D) é atividade primária das Forças Armadas o policiamento ostensivo e o combate à criminalidade.
 - E) a Polícia Rodoviária Federal exerce funções investigativas e judiciárias em relação aos delitos ocorridos nas rodovias federais.
49. A garantia constitucional que prevê a existência e o julgamento do *habeas corpus*, é um remédio judicial que pode ser aplicado em situações concretas de:
- A) violação de direito líquido e certo à permanência em sua moradia, em decorrência de ato desapropriatório ilegal.
 - B) aplicação indevida de pena restritiva de direitos em processo criminal.
 - C) pena pecuniária demasiada aplicada em caráter de confisco.
 - D) ato do Ministério da Justiça que não permite a saída de estrangeiro do território nacional.
 - E) punição disciplinar de policial militar que importe em sua prisão.
50. A garantia da inafastabilidade do controle jurisdicional, prevista no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, traduz para o nosso ordenamento jurídico o direito fundamental ao acesso à justiça. Dentre as alternativas abaixo, assinale qual representa uma hipótese de violação ao referido direito constitucional fundamental.
- A) A ausência de estipulação de um valor-teto para a taxa judiciária, calculada em percentual aplicado sobre o valor da causa ou sobre o valor da condenação.
 - B) A extinção de ação popular, firmada exclusivamente pela parte, por ausência de capacidade postulatória.
 - C) A exigência do depósito prévio do valor da multa processual, aplicada em razão da interposição de recurso inadmissível ou infundado, como condição para a interposição de qualquer outro recurso.
 - D) A instituição de juízo arbitral para a solução de controvérsias privadas, envolvendo direitos patrimoniais disponíveis, de modo a que o mérito do conflito não possa ser posteriormente submetido ao Poder Judiciário.
 - E) A exigência da comprovação, pela parte necessitada, da alegada insuficiência de recursos para prover, sem prejuízo próprio ou de sua família, as despesas processuais, como requisito para concessão do benefício da justiça gratuita.
51. Considerando as normas constitucionais que regulam a função e o cargo de Delegado de Polícia, assinale a alternativa **incorreta**.
- A) A Carta Magna especifica que a função de direção da Polícia Civil só pode ser exercida por delegados de polícia de carreira.
 - B) É inconstitucional atribuir aos suplentes de delegados de polícia funções privativas de delegados de polícia de carreira.
 - C) As funções administrativas de direção da Polícia Civil são cargos em comissão, de livre nomeação, podendo ser preenchidos por pessoas de confiança do gestor público, ainda que estranhas à carreira de delegado.
 - D) É inconstitucional o estabelecimento, pelas Constituições Estaduais, de prerrogativa de foro para os delegados de polícia, em virtude de incompatibilidade entre esta e a efetividade de outras regras constitucionais, principalmente, a que trata do controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público;
 - E) É constitucional a autorização legislativa ao Secretário Estadual de Segurança Pública para a edição de normas regulamentadoras do funcionamento da instituição, ainda que o cargo não seja ocupado por delegado de carreira.
52. Não se enquadra entre as competências exclusivas do Congresso Nacional:
- A) aprovar o estado de defesa.
 - B) resolver definitivamente sobre tratados internacionais que acarretem compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
 - C) mudar temporariamente a sede do Legislativo.
 - D) apreciar os atos de concessão e de renovação de emissoras de rádio.
 - E) conceder indulto natalino.
53. Trata-se de hipótese em que, por prerrogativa constitucional de função a ser aplicada em futura e incerta ação penal, o inquérito será presidido por Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em substituição ao Delegado de Polícia, para a apuração de indícios de delito, supostamente praticado por:
- A) Deputado Federal.
 - B) Desembargador Federal.
 - C) Senador.
 - D) Procurador da República.
 - E) Deputado Estadual.

54. Será objeto de deliberação legislativa a proposta de Emenda Constitucional tendente a:

- 1) reformar a estrutura dos Ministérios.
- 2) reformar os critérios de seleção e de provimento dos servidores públicos civis.
- 3) modificar as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento público.
- 4) estabelecer novas regras para o processo eleitoral e para o funcionamento dos partidos políticos, com vigência apenas para o pleito eleitoral seguinte.
- 5) modificar a estrutura federativa do Estado brasileiro

Estão corretas apenas:

- A) 2, 3, 4 e 5
- B) 1, 2, 3 e 4
- C) 2, 3 e 4
- D) 1, 2, 3 e 5
- E) 1 e 5

Direito Administrativo

55. A responsabilidade civil da pessoa jurídica, concessionária de serviço público, relativa aos danos causados aos usuários dos serviços por ela prestados:

- A) é excluída, se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
- B) é integral, se a prestação do serviço concedido não for fiscalizada pelo poder concedente.
- C) é integral, mesmo se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
- D) é atenuada, se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
- E) a pessoa jurídica concessionária de serviços não tem responsabilidade civil quanto aos danos causados aos usuários, haja vista que o poder concedente continua com a titularidade do serviço público concedido.

56. É certo que as autarquias:

- A) são pessoas jurídicas de direito privado, sujeitas ao controle finalístico de sua administração, pelo ente instituidor.
- B) são pessoas jurídicas de direito público, de natureza meramente administrativa, com personalidade jurídica e patrimônio próprio.
- C) integram a administração direta da União, não estando sujeitas ao controle hierárquico do ente que as criou.
- D) têm por finalidade a exploração de atividade econômica por força de contingência ou de conveniência administrativa, com subordinação hierárquica ao órgão da administração indireta que a criou.
- E) são constituídas sob a forma de sociedade anônima e sob o controle majoritário da União ou de outra entidade da administração direta ou indireta federal.

57. Uma sociedade de economia mista, que explore atividade econômica:

- A) somente pode ser criada com autorização legislativa, dependendo de lei também a instituição de suas subsidiárias.
- B) submete-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, exceto quanto às obrigações tributárias e falência.
- C) submete-se regime público, no que diz respeito à matéria de pessoal.
- D) pode ser criada, independentemente de lei, desde que presente alguma das situações autorizadas para atuação do Estado no domínio econômico, previstas no art. 173 da Constituição Federal.
- E) não se submete ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.

58. Dentre os princípios da Administração Pública, a autotutela caracteriza-se por:

- A) impedir que o Poder Judiciário reveja os atos praticados pela Administração Pública.
- B) permitir que a Administração Pública reveja seus próprios atos, revogando-os por motivo de interesse público (oportunidade e conveniência), assim como anulando os atos inquinados pela ilicitude.
- C) permitir que o Poder Judiciário revogue os atos praticados pela Administração Pública.
- D) permitir que o Poder Judiciário anule os atos praticados pela Administração Pública.
- E) impor aos administrados as decisões administrativas.

59. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) são:

- A) fundações públicas.
- B) empresas públicas.
- C) sociedades de economia mista.
- D) órgãos da administração direta.
- E) autarquias especiais.

60. Em relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A) Motivo é a situação fática ou a situação jurídica que autoriza ou impõe ao agente público a prática de ato administrativo.
- B) A revogação opera efeitos *ex tunc*; portanto, caso o ato administrativo seja revogado, são considerados inválidos os efeitos por ele produzidos a partir do momento de sua realização.
- C) Compete ao Poder Judiciário, mediante decisão fundamentada, revogar atos praticados pela Administração Pública.
- D) Ato administrativo discricionário é aquele em que o poder de agir da Administração é completamente livre, até mesmo quanto à competência para a prática do ato.
- E) Como decorrência do princípio da legalidade, os atos administrativos não admitem convalidação.

61. Em relação ao servidor público, assinale a afirmação correta.

- A) A responsabilidade civil, tanto do servidor como do Estado, é objetiva.
- B) Extinto o cargo, ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até o seu aproveitamento em outro cargo.
- C) A absolvição na esfera penal, por negativa de autoria ou do fato, constitui causa impeditiva da responsabilização civil do servidor público, em ação regressiva da Administração Pública.
- D) A readaptação é a forma de provimento que implica no retorno do servidor ao cargo que ocupava, haja vista sua inabilitação em estágio probatório ou pela reintegração de outro servidor ao cargo do qual teve que se afastar.
- E) O estrangeiro, na forma da lei, não pode ocupar cargo público.

62. Acerca do poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- A) A desproporcionalidade no exercício do poder de polícia torna o ato de polícia administrativo ilegítimo, em virtude do desvio de finalidade.
- B) Como decorrência do atributo da imperatividade, a Administração Pública pode impor coercitivamente, as medidas próprias do poder de polícia.
- C) A interdição de estabelecimento pela vigilância sanitária, em decorrência de irregularidades detectadas em inspeção, configura exercício do poder de polícia.
- D) Como regra geral, o poder de polícia é vinculado.
- E) A administração indireta não pode exercer poder de polícia.

63. Considerando os poderes administrativos, relacione cada poder com o respectivo ato administrativo ou a respectiva característica.

- 1) poder regulamentar
- 2) poder vinculado
- 3) poder de polícia
- 4) poder hierárquico
- 5) poder disciplinar
- () apreensão de alimentos impróprios para consumo.
- () expedição de decreto para a correta execução de lei.
- () penalizar servidores infratores dos deveres funcionais.
- () concessão de aposentadoria compulsória.
- () delegação de competência.

A sequência correta é:

- A) 2, 3, 5, 4, 1
- B) 5, 4, 1, 2, 3
- C) 3, 1, 5, 2, 4
- D) 3, 2, 4, 5, 1
- E) 1, 3, 4, 5, 2

64. Em relação à organização administrativa, pode-se afirmar que:

- A) no âmbito estadual, a criação de uma secretaria constitui exemplo de descentralização administrativa.

- B) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- C) é exemplo de desconcentração a criação de uma agência reguladora.
- D) as organizações sociais integram a Administração Pública descentralizada.
- E) as autarquias e as fundações públicas não podem ser qualificadas como agências executivas.

Direito civil.

65. Analise a veracidade das afirmações sobre a pessoa natural.

- 1) Não se admite a declaração de morte presumida sem anterior decretação de ausência.
- 2) De acordo com o código civil, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido, são considerados relativamente incapazes.
- 3) O menor poderá ser emancipado aos dezesseis anos completos, por concessão dos pais, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- 4) A capacidade dos índios está plenamente regulada na Constituição Federal de 1988.

Estão corretas apenas:

- A) 1 e 3
- B) 2 e 4
- C) 1, 2 e 4
- D) 2 e 3
- E) 1, 2 e 3

66. No que é pertinente às obrigações de 'dar', assinale a alternativa correta.

- A) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
- B) Quando a coisa se deteriora, antes da entrega e sem culpa do devedor, poderá o credor recebê-la no estado em que se encontra, sem direito de exigir um abatimento no preço, uma vez que, sem culpa do devedor, não há responsabilidade.
- C) A obrigação de dar coisa certa só abrange os acessórios que vierem expressamente mencionados.
- D) No caso da coisa certa se perder antes da entrega, o devedor não poderá alegar caso fortuito e força maior para excluir sua responsabilidade.
- E) A coisa certa será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.

67. A prescrição corre:

- A) entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal.
- B) contra os ausentes do país, em serviço público da União, dos Estados e do Município.
- C) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.
- D) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- E) entre os herdeiros enquanto não se concluir o processo de inventário.

68. João Roberto, policial civil, ao sair do trabalho e ainda diante da delegacia onde era lotado, deparou-se na rua, com uma discussão entre dois motoristas por causa de uma vaga de estacionamento. Um deles, mais exaltado, saca uma arma e atira, atingindo em cheio o coração de João Roberto, que vem a falecer no mesmo momento, deixando esposa e dois filhos menores. Identificado o assassino, o irmão de João Roberto move contra ele, uma ação de indenização. Quanto ao fato, aponte a afirmativa correta.

- A) Ao regular os direitos da personalidade, o Código Civil admitiu expressamente as perdas e os danos em caso de lesão. No entanto, em se tratando de morto que tenha deixado cônjuge sobrevivente, caberá apenas a este, a legitimidade para pleiteá-los.
- B) Ao regular os direitos da personalidade, o Código Civil admitiu expressamente as perdas e os danos em caso de lesão. No entanto, em se tratando de morto que tenha deixado filhos menores, apenas estes, representados pela mãe, terão legitimidade para pleiteá-los.
- C) É perfeitamente cabível tal ação, tendo em vista que, ao regular os direitos da personalidade, o Código Civil admitiu expressamente as perdas e os danos, em caso de lesão e, em se tratando de morto, terá legitimação para requerer tal medida, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- D) Como a vida se trata de um direito da personalidade, que, por sua essência é intransferível, compete apenas ao seu titular qualquer medida que vise proteger tal interesse. Assim, em caso de morte, ante a impossibilidade do *de cuius* de mover qualquer ação, não se pode entender que qualquer parente ou cônjuge o faça.
- E) Não se admite, no Brasil, qualquer ação para defender direitos da personalidade. Apenas os interesses patrimoniais poderão ser discutidos judicialmente.

69. Quanto à aquisição da propriedade móvel, é correto afirmar que:

- A) quem quer que ache coisa alheia perdida, adquire-lhe a propriedade, caso transcorram 60 dias da publicação na imprensa.
- B) não será admitida a usucapião de bens móveis quando a posse não for de boa-fé.
- C) aquele que, trabalhando em matéria prima totalmente alheia, obtiver espécie nova, a perderá para o dono do material utilizado, ainda que haja boa-fé.
- D) a propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição.
- E) não é admitido, na lei civil, o assenhoreamento de coisa sem dono.

70. O direito real de superfície foi introduzido no Código Civil de 2002, com a finalidade de substituir a enfiteuse em desuso. Com relação ao seu conteúdo, podemos afirmar o que segue.

- 1) O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, salvo se for inerente ao objeto da concessão.
- 2) O direito de superfície pode transferir-se a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros.
- 3) Os encargos e tributos que incidirem sobre o imóvel permanecerão a cargo do proprietário.
- 4) Extinta a concessão, o proprietário passará a ter a propriedade plena sobre terreno, construção ou plantação, independentemente de indenização, se as partes não houverem estipulado o contrário.

Estão corretas apenas:

- A) 1 e 2
- B) 1 e 4
- C) 1, 2 e 4
- D) 2 e 3
- E) 2, 3 e 4

71. No que se refere à Responsabilidade Civil, assinale a alternativa correta:

- A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- B) A responsabilidade civil pelo fato do animal dependerá da prova da culpa do detentor.
- C) A indenização calcula-se de acordo com a intensidade da culpa.
- D) O empregador só responde pelos danos causados por seu empregado, no exercício do trabalho que a ele competir, se ficar provada sua *culpa in eligendo*.
- E) A responsabilidade civil é vinculada à responsabilidade penal. Assim, só haverá obrigação de indenizar, quando coincidir com um tipo penal e houver condenação.

72. No caso em que a lei X revogue a lei Y por serem incompatíveis e, posteriormente, a lei Z revogue a lei X e guarde compatibilidade com a lei Y, que volta a vigorar, se aplica o princípio da:

- A) Revogação.
- B) Repristinação.
- C) Revalidação temporal.
- D) Legalidade.
- E) Equidade.

Legislação Especial.

73. Marque a afirmação correta que se aplica seja aos crimes hediondos (Lei 8.072/90), seja ao tráfico ilícito e ao uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei 11.340/2006), seja aos crimes de tortura (Lei 9.455/97).

- A) As penas aplicadas ao usuário de substâncias entorpecentes são: a advertência sobre os efeitos das drogas, a prestação de serviços à comunidade e a medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Estas, nos casos de descumprimento injustificado, podem ser convertidas em pena privativa de liberdade.
- B) O crime de associação para o tráfico ilícito de entorpecente é um crime de concurso necessário, devendo ter no mínimo 2 (dois) sujeitos ativos.
- C) Os crimes de tortura, assim como os crimes hediondos, não admitem a anistia, a graça e o indulto.
- D) O roubo qualificado pelo resultado (lesão corporal grave e morte), estabelecido no art. 157 § 3º, é crime hediondo.
- E) Quem, sendo usuário de substância entorpecente, oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, pratica o crime de uso de substância entorpecente, com uma causa especial de aumento de pena pelo oferecimento da droga a terceira pessoa.

74. Considerando a temática dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- A) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- B) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- C) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por um a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).
- D) A composição civil, estabelecida nos arts. 74 e 75 da Lei, é uma causa de extinção da punibilidade nos crimes de menor potencial ofensivo, quando a ação for pública incondicionada.
- E) A proposta de Transação Penal (art. 76) deve ser feita pelo Juiz na presença do Ministério Público.

75. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

- A) afastar-se do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída.
- B) praticá-lo enquanto estiver fazendo uso de aparelho telefônico celular.

- C) deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo, sem risco pessoal, à vítima do acidente.
- D) no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros ou de carga.
- E) estiver sob a influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos.

76. Constitui abuso de autoridade (Lei 4.898/65):

- A) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, com as formalidades legais.
- B) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a qualquer tipo de vexame ou constrangimento.
- C) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- D) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção legal que lhe seja comunicada.
- E) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, não permitida em lei;

Legislação Aplicada

77. Conforme os dispositivos contidos na Constituição do Estado do Piauí, é ato privativo do Governador do Estado:

- A) o exercício do comando superior da Polícia Civil.
- B) a decisão final sobre o arquivamento de inquéritos policiais.
- C) a expedição de instruções para a execução das leis, dos decretos e regulamentos.
- D) a iniciativa de lei, quanto à proposta de alteração de vencimentos dos servidores integrantes do Poder Judiciário.
- E) o exercício do controle externo da atividade policial.

78. Sobre a participação de servidor público civil, efetivo da Administração Pública do Estado do Piauí, em órgão de deliberação coletiva, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Será, via de regra, paga ao servidor gratificação (jeton), fixada por ato do Governador do Estado do Piauí.
- B) Se o servidor, em virtude da natureza de suas atribuições, for membro nato do órgão de deliberação coletiva, não fará jus à gratificação.
- C) É vedada a participação remunerada de servidor em mais de um órgão de deliberação coletiva.
- D) O valor da gratificação levará em consideração o princípio da hierarquia, a equivalência de funções e a complexidade das respectivas responsabilidades.
- E) O pagamento da gratificação está vinculado ao comparecimento do servidor às sessões ordinárias do órgão de deliberação coletiva, limitado a quatro sessões mensais, e às sessões extraordinárias, sem qualquer limitação.

79. Nos termos do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, são funções administrativas privativas do Delegado de Polícia de carreira:

- 1) Delegado titular.
- 2) Diretor da unidade de polícia judiciária.
- 3) Diretor da unidade de corregedoria.
- 4) Coordenador de polícia judiciária.
- 5) Delegado-geral.

Estão corretas apenas:

- A) 1, 2 e 3
- B) 2, 3 e 5
- C) 1, 4 e 5
- D) 1, 2, 3 e 5
- E) 1, 3, 4 e 5

80. É competência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí processar e julgar originalmente, por prerrogativa de função, conforme as disposições da Constituição Estadual, nos crimes comuns:

- A) os Delegados de polícia.
- B) os Vereadores.
- C) os Comissários de polícia.
- D) o Governador de Estado.
- E) os Deputados estaduais.